

Data: 2013/03/27

DIÁRIO DOS AÇORES - PRINCIPAL

Título: "Fundo Europeu prevê verbas para meios de fiscalização das águas nacionais", anuncia Secretário ...

**“Fundo Europeu prevê verbas para meios
de fiscalização das águas nacionais”,
anuncia Secretário de Estado ... [P. 2](#)**

“Fundo Europeu prevê verbas para meios de fiscalização das águas nacionais”, anuncia Secretário de Estado



Manuel Pinto de Abreu participou ontem na apresentação da Estratégia Nacional do Mar, na Universidade dos Açores

O Secretário de Estado do Mar revelou ontem que o Fundo Europeu dos Assuntos do Mar e das Pescas (FEAMP) vai disponibilizar verbas para que possam ser adquiridas embarcações e meios aéreos para a fiscalização das águas nacionais.

Segundo a agência Lusa,

Manuel Pinto de Abreu, que intervinha na sessão de apresentação da Estratégia Nacional do Mar (ENM), na Universidade dos Açores, em Ponta Delgada, sublinhou, contudo, que as verbas disponíveis não abrangem a totalidade de um eventual investimento.

Na ocasião, o Director Regional dos Assuntos do Mar, Frederico Cardigos, defendeu que a ENM deve constituir uma oportunidade para a substituição do navio oceanográfico “Arquipélago”, que conta com mais de 20 anos e apresenta já limitações no âmbito das fun-

ções que desempenha nos Açores.

Manuel Pinto de Abreu deixou a indicação de que esta questão vai estar em cima da mesa quando for fechado o dossier da ENM.

Por seu turno, o Director do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, Hélder Silva Marques, destacou o “difícil enquadramento financeiro” em que surge a ENM, que “impõe obstáculos” que não permitem o “salto qualitativo” das questões do mar e apelou a uma “estratégia dentro de uma estratégia” para aproveitamento dos fundos comunitários disponíveis.

Presente na sessão, Liberato Fernandes, responsável pela Cooperativa Porto de Abrigo, levantou a questão da fiscalização da Subzona dos Açores da Zona Económica Exclusiva (ZEE) de Portugal, que levou já à condenação do Estado em tribunal.

Liberato Fernandes, que foi um dos autores da acção judicial contra o Estado, lançou o repto para que o Ministério da Defesa, a quem cabe a fiscalização da ZEE nacional, não venha a recorrer desta decisão e aceite o

acórdão judicial.

“Mar ainda não é um factor determinante na economia nacional”

Já na segunda-feira, 25 de Março, o Secretário de Estado do Mar havia defendido que o mar “ainda não é” um “factor determinante” na economia nacional e que há que “inverter esta situação”.

Em declarações à agência Lusa, em Ponta Delgada, à margem de um seminário promovido pela secção regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros, Manuel Pinto de Abreu declarou que se pretende com a Estratégia Nacional para o Mar (ENM) promover a “valorização” económica, social e ambiental com “benefícios de prosperidade” para “todos os portugueses”.

“Quando olhamos para o que é o impacto na economia nacional do mar realmente verificamos que ela é bastante reduzida, um contributo sem brilho de um país que se quer marítimo. Queremos que este paradigma mude definitivamente e o mar passe a ter um peso capaz na economia nacional”, afirmou.